

# Obstáculos para o Desenvolvimento?

## Direitos Humanos, Políticas de Infraestrutura e Megaeventos no Brasil

O casal Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro da Silva voltavam para a cidade de Nova Ipixuna, interior do Pará, região amazônica, às 7h da manhã do dia 24 de maio de 2011, quando foram pegos numa emboscada por pistoleiros. Os dois foram mortos porque denunciavam a extração de madeira ilegal na região. Já vinham sofrendo ameaças desde 2008 e fizeram várias denúncias à Polícia. A área era a última da região que ainda possuía potencial madeireiro, cobiçado por carvoarias e madeireiras. Maria e José Cláudio foram mortos para garantir um modelo econômico tão lucrativo quanto violador das normas ambientais e dos direitos das populações da floresta. Um dia após a morte dos extrativistas, o líder do Partido Verde, deputado José Sarney Filho, lia uma matéria sobre o assassinato no plenário da Câmara dos Deputados. Durante a leitura do trecho que falava sobre o empenho do casal na defesa dos direitos humanos, da galeria e do plenário uma grande vaia se fez ouvir.

Uma forma de analisarmos a reação do público e dos deputados é atribuir o significado da vaia dada em plenário àquilo sobre o qual não há interesse em discutir ou se evita ao máximo: o modelo de desenvolvimento brasileiro e sua relação com o quadro de violação (de toda sorte!) dos direitos humanos. Mas todos os males da sociedade brasileira vêm do seu modelo de desenvolvimento? Não. Entretanto, em alguns casos, as escolhas desse modelo são o principal catalisador dos conflitos sociais e geram as violações de direitos.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, se analisarmos apenas os últimos 15 anos, continuou permitindo a convivência cotidiana com graves violações de direitos. Mais do que isso, muitos dos projetos de desenvolvimento estão completamente imbricados com a destruição da biodiversidade, remoção forçada de pessoas dos territórios, aumento da violência e precarização do modo de vida, seja de população indígena, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas ou favelados. Mesmo ao analisarmos as últimas décadas e os avanços sociais e políticos da sociedade brasileira, há sempre uma tensão permanente entre esse modelo e o respeito aos direitos humanos. Contudo, a balança parece estar pendendo quase sempre para um dos lados, e não é o dos direitos.

Os defensores de direitos humanos Maria e José Cláudio se juntam a uma

longa lista de nomes ilustres como Chico Mendes, Dorothy Stang<sup>1</sup> e outros. O desfecho dos crimes cometidos contra a maioria dessas vítimas é a impunidade de mandantes e assassinos. No Pará, em média 14 pessoas ameaçadas de morte por conflitos agrários são assassinadas por ano. Em sua grande maioria, elas oficializaram essas ameaças a partir de queixas à Polícia Federal, Ministério Público e outros órgãos, mas não houve nenhuma investigação. A própria ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, declarou que não consegue proteger nem os 30 casos mais graves dos 165 ameaçados de morte na lista da Comissão Pastoral da Terra<sup>2</sup>. Um estudo realizado pelo governo federal no estado do Pará indicou que 98% dos casos de assassinato no campo relacionados a disputas por terras e recursos naturais ocorridos nos últimos dez anos ficaram impunes. Das 219 mortes analisadas, apenas 2,2% tiveram algum tipo de encaminhamento jurídico ou policial, como boletins de ocorrência, inquéritos policiais, denúncias de promotorias, processos judiciais e alguma condenação.

### **O acirramento dos conflitos: defensores de direitos e a construção de hidrelétricas**

A morte dos extrativistas é um modelo comum de impunidade no campo, com assassinatos por encomenda em ações de pistoleiros locais. Para especialistas, o principal motivo é a existência de uma “rede” que liga mandantes a juízes, promotores, policiais, parlamentares e gestores públicos. Para operadores do direito independentes, o ato de desafiar essa “rede” - feita de compadrio e troca de interesses - pode significar, em última instância, a morte.

Apesar de algumas lideranças na Amazônia, que denunciam o corte ilegal de madeira e a ação de grileiros, andarem com escolta da Força Nacional de Segurança e coleto à prova de bala, em 2011, uma onda de violência varreu a região, sendo assassinadas oito importantes lideranças. Num assentamento no sudoeste do Amazonas algumas das famílias ameaçadas mostram aos invasores seus títulos de posse emitidos pelo governo, e a resposta é a mesma: “quem demarca terra é a minha pistola<sup>3</sup>”. No Brasil apenas seis lideranças rurais têm escolta 24 horas pelo Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH). O

1 Chico Mendes fundou o sindicato dos seringueiros da região de Xapuri, região amazônica, e lutava contra a exploração e corte ilegal de madeira até ser morto em 1988 por pistoleiros, a mando de um fazendeiro local. Foi também um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores) no Acre e parceiro de luta de Marina Silva, ex- Ministra do Meio Ambiente. Tornou-se famoso no Brasil e no mundo por sua luta em defesa dos povos da floresta amazônica. Dorothy Stang era uma freira missionária norte-americana, naturalizada brasileira, que trabalhava em favor dos direitos dos agricultores e na resolução dos conflitos agrários em Anapu, região amazônica. Foi assassinada por pistoleiros em 2005. O crime teve grande repercussão na imprensa nacional e internacional. Devido a isso, em ambos os casos os mandantes foram condenados à prisão.

2 A Comissão Pastoral da Terra é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que monitora as mortes e conflitos no campo.

3 ARANHA, Ana. ‘Eles vão me matar’. Carta Capital, 03 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/eles-vaio-me-matar/>> Acesso em: 02 abr. 2012

programa, criado desde 2004, tem apenas 45 pessoas atendidas e atua em três dos 27 estados brasileiros, com previsão para mais dois estados.

Os conflitos estão se acirrando na região amazônica, última fronteira do desenvolvimento econômico, principalmente pela cobiça ao seu potencial energético e de mineração. Quarenta empresas que atuam no Pará foram responsáveis por 96,14% das exportações do país em janeiro de 2010. Só a Vale, eleita a pior empresa do mundo por suas “repetidas violações dos direitos humanos, condições desumanas de trabalho, pilhagem do patrimônio público e pela exploração cruel da natureza”<sup>4</sup> é responsável por 52% das exportações. As empresas ligadas à produção de alumínio vêm em segundo lugar, Alunorte (Alumina do Norte do Brasil S.A.) com 14,02% e a Albras (Alumínio Brasileiro S.A.) com 4,05%, todas com forte atuação na região.

O discurso recorrente de governos e empresas para adensar os investimentos em infraestrutura na região é a falta de escoamento para a produção de grãos e minérios. Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>5</sup> sugere que 71 projetos de infraestrutura seriam necessários para integração econômica da região norte do país. Cinco desses projetos já existem, como a pavimentação da BR-163, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás e a extensão da Ferronorte até Rondonópolis. O cenário previsto é de mais devastação da floresta e poucos benefícios para as populações locais. A região tem uma taxa de analfabetismo de 20,81%, indicando que poucos serão aqueles que poderão continuar empregados após o período de construção.

Segundo dados do governo, são realizados a cada ano cerca de 15 mil pedidos de alvará para novas áreas de exploração. O valor das exportações de minério passou de US\$ 375,36 milhões em 2000 para US\$ 2,2 bilhões em 2011. Para que essa agenda do desenvolvimento possa avançar, é necessária também uma revisão nos marcos regulatórios. É o caso das disputas em torno do Código Florestal e do novo marco da mineração, projeto em fase de conclusão pelo governo, a ser enviado ao Congresso Nacional, que vai definir um novo modelo de outorga de jazidas de minério.

A construção de hidrelétricas ao longo dos rios Xingu, Madeira e Tucuruí, a ampliação de zonas de mineração e a expansão da monocultura da soja e da pecuária têm incontáveis impactos no meio ambiente, na biodiversidade e nos modos de vida das populações que vivem nesses territórios, incluindo até mesmo sua permanência nesses locais, hoje ameaçada.

As violações não dizem respeito apenas à população removida, mas também a direitos trabalhistas daqueles que, de acordo com o discurso oficial, estão sendo diretamente beneficiados pelas obras. Em 2010, no canteiro de obras da

4 Em janeiro de 2011, a Vale S.A. recebeu durante o Fórum Econômico Mundial de Davos o prêmio Public Eye People's, chamado o Oscar da Vergonha, e promovido pelas ONGs Greenpeace e Berne Declaration.

5 Valor Especial Caminhos da Amazônia. Valor Econômico, São Paulo, SP: Valor Econômico, v. 1, n. 1, jul./2011. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=63&edicao=1>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

construção da usina hidrelétrica do Jirau, no rio Madeira, região amazônica, 20 mil trabalhadores se revoltaram alegando más condições de trabalho. Foram destruídas dependências do canteiro de obras, pelo menos 35 alojamentos, 45 ônibus e 15 carros de passeio. A obra, que também faz parte do PAC, custará R\$ 11 bilhões quando terminada. O Ministério Público do Trabalho fez mais de mil autuações ao consórcio ESBR (Energia Sustentável do Brasil, formado pelas empresas Chesf, Eletrosul, Suez e Camargo Corrêa) por descumprimento da legislação trabalhista, normas de segurança e saúde, porém, a obra não foi paralisada. Essa foi a segunda revolta dos trabalhadores. Em 2010, na hidrelétrica de Santo Antônio, esse fato já havia ocorrido. As duas usinas no rio Madeira - Jirau e Santo Antônio - respondem a ações do Ministério Público, e sete trabalhadores já morreram nessas obras.

Em abril de 2012, os sete mil trabalhadores da usina de Belo Monte também cruzaram os braços sob as mesmas alegações. O estopim foi a morte de um trabalhador que fazia serviços de derrubada de árvores. Segundo um de seus colegas: “Nós não temos segurança nenhuma lá. Falta EPI [equipamento de proteção individual], sinalização e principalmente gente pra fiscalizar”.

O discurso oficial é continuamente repetido para exortar o aumento da oferta de emprego. Mas, apesar do número expressivo de operários no período da construção, quando finalizada, a obra terá menos de 10% desse pessoal, que será composto por trabalhadores altamente qualificados. O que não é caso da construção, dada a demanda de mão de obra, com pessoal sem experiência.

No caso das hidrelétricas da região amazônica, as cidades do entorno não receberam nenhuma infraestrutura adicional, como melhoria do sistema de saúde, escolas, etc. para conseguir dar conta do aumento da população e crescimento da demanda por habitação e serviços. A cidade de Altamira, diretamente impactada pela obra de Belo Monte, terá sua população de 105 mil habitantes aumentada em 100%, além de ser parcialmente inundada. Organizações da sociedade civil denunciam que as comunidades removidas para dar lugar aos lagos das hidrelétricas estão recebendo indenizações infinitamente mais baixas do que o preço de mercado.

Essa obra também tem resultado em embates para o Brasil no sistema internacional de direitos humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) acatou uma petição apresentada por organizações da sociedade civil brasileira<sup>6</sup> contra as violações de direitos na construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Em abril de 2011, a CIDH solicitou ao governo brasileiro que interrompesse imediatamente o licenciamento e a construção da obra, citando os impactos às populações tradicionais da bacia do rio Xingu. O governo reagiu de forma

6 As organizações que fizeram a petição: Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Prelazia do Xingu, Conselho Indígena Missionário (Cimi), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Justiça Global e Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA). Ver mais em <http://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>.

dura – o que é pouco usual na diplomacia brasileira – afirmando que as solicitações da OEA eram, de acordo com o Ministério de Relações Exteriores, “precipitadas e injustificáveis”, além de ameaçar suspender o repasse de US\$ 800 mil previstos para 2011 e declarar que iria deixar o órgão em 2012, alegando interferência na soberania brasileira. A decisão da CIDH estava respaldada na Convenção Americana de Direitos Humanos, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração da ONU sobre Direitos Indígenas, na Convenção sobre Biodiversidade (CBD) e na própria Constituição Federal brasileira (Artigo 231).

A obra de Belo Monte tem uma estimativa de gastos na ordem de R\$ 26 bilhões, mas especialistas no tema de energia afirmam<sup>7</sup> que não sairá por menos de R\$ 32 bilhões, dos quais 80% vêm do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou seja, dinheiro público. Diante dos fortíssimos interesses que envolvem a construção das hidrelétricas na Amazônia, em torno de 77 projetos, o respeito aos direitos dos povos tradicionais e outras populações virou um entrave ao “desenvolvimento”.

## **Copa e Olimpíadas: o mesmo modelo aplicado nas cidades**

Em 2007, o Brasil foi eleito para sediar a Copa do Mundo de Futebol (2014) e logo depois, em 2009, os Jogos Olímpicos (2016). Isto em muito se deveu ao novo status do Brasil como país dos BRICS, sexta economia do mundo e confirmado como aquele que conseguiu sobreviver à crise financeira global de 2008. Como resultado, foram iniciadas modificações urbanas no Rio de Janeiro, também cidade-sede das Olimpíadas, e nas outras 11 cidades da Copa do Mundo para que possam estar aptas a receber os jogos.

A pretexto dos megaeventos, as cidades têm se transformado em “novos territórios de investimento” para a iniciativa privada, em sua maioria em parceria com o Estado. Grandes obras de infraestrutura para a melhoria do transporte urbano e construção dos aparelhos esportivos estão em curso. É a oportunidade de os setores empresarial, principalmente construção civil, e imobiliário terem acesso a grandes fatias de recursos públicos. No caso dos estádios, os custos totais serão de quase R\$ 6,9 bilhões, em sua maioria pagos por empresas e bancos estatais, além de verbas dos ministérios.

O marketing e a propaganda política estão agindo maciçamente para convencer grande parte da população de que esse processo deixará legados positivos para as cidades. Contudo, os equipamentos e bens públicos estão se concentrando em áreas nobres, valorizando-as ainda mais, ou em áreas degradadas potencialmente

7 BRUM, Eliane. Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney. Revista Época, 31 out. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html>>. Acesso em: 03 abr. 2012. Ver mais sobre o tema em: PAINEL de Especialistas – Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, Belém, 2009. Disponível em <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/analises-tecnico-cientificas/>>. Acesso em 05 abr. 2012.

interessantes, porém, com a premissa de remoção dos moradores dessas regiões.

Em especial no Rio de Janeiro, o que está em curso é a construção de um novo paradigma de desenvolvimento urbano: a cidade-empresa. A cidade vira produto, torna-se assim vendável ao maior número possível de atores financeiros. O Rio de Janeiro entra num rol de competição com outras cidades do mundo, ditada por um modelo globalizado, no qual as grandes corporações, da construção civil e do mercado imobiliário, determinam o reordenamento urbano. Assim, o grande capital, tendo como parceiro os governos, cada vez mais exerce poder sobre as mudanças e decisões que afetam as cidades, seguindo um modelo de apropriação dos espaços e recursos públicos.

Isso tem se traduzido principalmente em remoções forçadas de moradores de comunidades pobres. A retirada dessas populações não está obedecendo às legislações locais, nem tampouco aos compromissos assumidos pelo Brasil junto à comunidade internacional no campo do respeito aos direitos. As previsões<sup>8</sup> dão conta de que de 150 a 170 mil pessoas serão removidas até 2016 para construção de vias expressas e aparelhos esportivos.

O Direito à Moradia, cujos princípios estão inscritos na Constituição Federal, nas leis orgânicas municipais e no Estatuto da Cidade, assegura àquelas famílias em áreas sujeitas à remoção uma série de direitos que vão desde: a) tempo mínimo para desocuparem o imóvel; b) informação com antecedência e - igualmente importante - acessível, apresentada por escrito e de forma clara, para que participem da tomada de decisão, do por que estão sendo removidas, qual o projeto para o local; c) compensação financeira justa; d) ou então reassentamento num local apropriado (o que deve ocorrer antes do início das obras), próximo, em condições iguais ou melhores do que o lugar onde as famílias estavam. Tudo isso deve ser acompanhado por políticas públicas de compensação e reinserção, garantindo a continuidade no acesso a escola, trabalho, tratamentos de saúde, fontes de renda e transporte. Segundo Raquel Rolnik, Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, “uma determinação básica numa situação de remoção é que a pessoa não pode sair do processo pior do que estava no início dele. Mas é isso que está acontecendo em muitos casos<sup>9</sup>”. O que contraria o Direito à Moradia, ou seja, não só a propriedade de um imóvel, mas o direito a um padrão de vida adequado.

Para os moradores removidos por conta da construção das obras da Copa e Olimpíadas, estão sendo oferecidos valores de indenização ínfimos e o acesso a programas de habitação implica o deslocamento para regiões distantes da cidade, sem infraestrutura básica de qualidade (transporte, educação, segurança e saúde)

8 Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Dossiê megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.br.boell.org/web/51-1349.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

9 CONDE, Miguel. Relatora da ONU denuncia ilegalidades em remoções da Copa e Olimpíadas . O Globo, 06 ago. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/relatora-da-onu-denuncia-ilegalidades-em-remocoes-da-copa-olimpiadas-396854.asp>. Acesso em: 20 mar. 2012.

e longe de suas fontes de renda. O caso emblemático é a Vila Autódromo, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, que resiste à remoção para a construção do Parque Olímpico. O local era uma antiga vila de pescadores e começou a ser ocupado por outros moradores em 1970. O edital da parceria público-privada prevê que 75% dos 1,2 milhão de metros quadrados sejam entregues à iniciativa privada após os Jogos Olímpicos para a construção de condomínios residenciais, comerciais e hotéis.

Os Megaeventos também geraram a flexibilização ou mudanças na legislação para realização de obras e outras iniciativas. Foram criados novos instrumentos jurídicos e revogados outros na chamada legislação de exceção<sup>10</sup>. Um dos mais polêmicos é o Regime Diferenciado de Contratação Públicas (RDC), modelo alternativo à Lei de Licitações (lei nº. 8666/93). O RDC tem pelo menos quatro pontos principais de crítica: a) o sigilo sobre o preço das obras; b) a exigência de habilitação apenas do vencedor da licitação, o que abre margem para a participação de empresas-fantasma; c) a possibilidade de remuneração variável, vinculada ao desempenho da contratada, o que faz com que os preços não sejam fixados antes da contratação; d) a possibilidade de o governo licitar a obra sem projeto básico, ou seja, não há detalhamento prévio da obra. Além disso, a utilização dessas novas regras faz com que seja possível uma obra de qualquer natureza usar como justificativa a realização dos megaeventos. O RDC prevê também que o orçamento das obras possa ser excedido em razão de exigências da FIFA e COI. O próprio procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou que o novo modelo é inconstitucional, dificultando a transparência e o controle dos gastos públicos. E exemplifica: “a Lei de Licitações determina que o ‘projeto básico’ é o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço objeto da licitação, elaborado de forma a assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”<sup>11</sup>.

No caso do RDC, informa Gurgel, “a definição das características e do valor das obras contratadas somente serão aferíveis após assinado o contrato e realizado o projeto básico pela pessoa contratada”. O Brasil já teve experiência similar nos Jogos Panamericanos de 2007, quando os custos previstos para as obras eram de R\$ 300 milhões e no final foram gastos R\$ 3 bilhões.

Aliado a esse cenário, os jornais noticiam a todo momento escândalos de corrupção no governo, inclusive com a saída do Ministro dos Esportes, além de irregularidades apontadas pelos órgãos de fiscalização em quase todas as obras. Sobrepreço, projetos mal estruturados, greves de operários, estádios que poderão virar “elefantes brancos”, etc. O exemplo mais gritante está na construção de um estádio para a Copa, em Manaus, região norte do país, onde a média de público para jogos de futebol do campeonato local é de 2.200 torcedores. A arena a ser construída terá capacidade para 44.310 lugares, com custo de R\$ 543 milhões.

10 VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.br.boell.org/web/51-1266.html>>. Acesso em: 15 set. 2011.

11 Consultor Jurídico. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-10/pgr-questiona-regime-contratacoes-publicas-obras-copa>>. Acesso em: 15 set. 2011.

Apesar de em seu relatório<sup>12</sup> o TCU (Tribunal de Contas da União, responsável por fiscalizar o uso dos recursos federais pelos órgãos públicos) reconhecer que as arenas de Manaus, Brasília, Natal e Cuiabá podem se tornar “elefantes brancos” e não identificar qualquer ação no sentido de mitigar esse risco, não foi apresentada nenhuma medida cautelar ou punitiva para tais casos.

No entanto, as denúncias de abuso e a resistência em relação às remoções levaram ao fortalecimento e mobilização dos movimentos sociais e ONGs de direitos humanos a favor do direito à moradia. Assim, foram criados comitês populares nas cidades-sedes da Copa do Mundo que articulam atores da sociedade civil em diálogo com pesquisadores, operadores do direito e afetados pelas remoções. Esse movimento tem denunciado a falta de transparência e participação da sociedade civil nas decisões que estão mudando a vida de milhares de pessoas. Essas vozes críticas estão sendo continuamente pressionadas, mas a sociedade civil continua fazendo sua parte, exigindo e denunciando as violações. A coragem e perseverança dos defensores de direitos, e a ação de ONGs e movimentos sociais que se articulam por meio de suas redes e seus aliados, tanto no Congresso Nacional como no próprio governo, contribuem decisivamente para garantir o mínimo de respeito à cidadania e à democracia.

Mas os megaempreendimentos têm um apelo muito forte, pois se usa como justificativa a mudança da qualidade de vida da população, com aumento de emprego, melhoria da infraestrutura urbana. No caso de projetos com claros impactos socioambientais, as condicionantes para mitigação das consequências do empreendimento, sejam elas ambientais ou sociais, justificam os danos ao meio ambiente. A longo e médio prazo, melhorias gerais para toda a sociedade brasileira também são usadas como argumento.. Como exemplo, no discurso oficial as obras de infraestrutura para a Copa ficariam como legado para a população e a usina de Belo Monte geraria uma alta produção de energia para o setor industrial, inclusive prevenindo o país de apagões.

Mas o que há de comum nos projetos na região amazônica e aqueles situados nas cidades por ocasião dos megaeventos? Um padrão de apropriação privada dos recursos públicos, sejam eles naturais, estruturais, territoriais, financeiros, etc., por grupos financeiros e políticos. Isso leva ao endividamento do Estado, posto que ele é o principal fiador e garantidor dos recursos financeiros; à violação de direitos dessas populações diretamente afetadas; e às ações no Legislativo para mudanças nos marcos regulatórios (Código Florestal, alterações nas legislações estaduais e municipais para as obras, etc.), assim flexibilizando uma gama de direitos garantidos pelos instrumentos normativos.

---

12 Relatório de situação: o TCU e a Copa do Mundo de 2014. Brasília, 2011. Disponível em: <portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2223282.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2012.

## A quem esse modelo de desenvolvimento mais atende?

Uma das vias para entendermos o atual modelo de desenvolvimento é analisar a forma e a qualidade das alianças políticas de partidos e governos com o setor empresarial. As empreiteiras têm papel significativo na estratégia política hoje. Vários projetos realizados nos últimos dez anos tiveram como personagens principais quatro gigantes da construção: a Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa, a Odebrecht e a Queiroz Galvão. De estádios para a Copa à construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, as “quatro irmãs” juntas são as principais empresas para onde parte dos investimentos públicos está sendo direcionada. Nos contratos das principais obras em andamento ou já contratadas, juntas as quatro irmãs somam R\$138,7 bilhões. Há uma forte dependência das receitas das gigantes aos contratos públicos: 62% das receitas da Odebrecht, 35% da Camargo, 72% da Andrade e 100% no caso da Queiroz Galvão vêm de obras do setor público<sup>13</sup>. Segundo estudo de pesquisadores americanos<sup>14</sup> sobre a relação entre contratos públicos e doações de campanha, a cada R\$ 1 doado pelas empreiteiras para as campanhas políticas, R\$ 8,5 é devolvido em forma de projetos. Além das ligações estreitas com os governos, as empreiteiras também se beneficiam dos investimentos dos fundos de pensão das empresas estatais e dos bancos de investimento públicos, como BNDES e Banco do Brasil, além das isenções fiscais. Também no exterior, elas controlam 80% dos investimentos do BNDES, em especial em obras na África.

Os pesquisadores salientam que “ainda há um alto nível de pessoal do governo Lula que permanece no governo Dilma sugerindo que a dinâmica política será similar. E o fato de que as empreiteiras contribuíram pesadamente ao PT em 2010 mostra que elas aguardam algum tipo de retorno”, afirma Hidalgo Boas, um dos pesquisadores. Obviamente não é um problema a contratação de empreiteiras com know-how conhecido para desenvolver grandes projetos. A questão surge quando a lógica dos interesses clientelistas se sobrepõe à lógica dos direitos, como no caso das remoções forçadas para as obras da Copa nas cidades-sedes e todo o processo de violação de direitos que está acontecendo com as populações afetadas pelas obras de Belo Monte. Assim, serão as “quatro irmãs” que terão poder de ditar o ritmo dos projetos de desenvolvimento, de acordo também com seus próprios interesses.

Carlos Vainer, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (Ippur/Ettern) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aponta ainda uma aliança

13 SCOFIELD, Gilberto. Quatro empreiteiras, Odebrecht, Andrade, Camargo e Queiroz Galvão, concentram R\$ 138 bi em obras no país. O Globo, 08 mai. 2011. Disponível em: < [http://www.agenciacanalenergia.com.br/clipping/zpublisher/materias/impresso\\_txt.asp?id=158762](http://www.agenciacanalenergia.com.br/clipping/zpublisher/materias/impresso_txt.asp?id=158762)>. Acesso em: 06 jun. 2011.

14 Os pesquisadores analisaram as doações de campanha para candidatos dos PT à Câmara dos Deputados em 2006. BOAS, Taylor; HIDALGO, E Daniel; RICHARDSON, Neal. The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil. Califórnia, 2011.

que historicamente se mostra cada vez mais perversa, e que gerou grandes escândalos envolvendo corrupção e desvio de recursos públicos: “são recursos financeiros, patrimoniais (terras), espaços públicos, que são transferidos sob regras de exceção para grupos privados, sem debate público, em negociações nas quais o povo não é consultado. Há uma canalização de recursos públicos para interesses privados, para as construtoras, as empreiteiras, as empresas de telecomunicações e marketing. E as empresas envolvidas são aquelas mesmas que estão nas listas entre as maiores contribuintes das candidaturas, as que fazem doações para todas as campanhas políticas, como a Odebrecht, a Camargo Corrêa, a Votorantim, o grande agronegócio. E, evidentemente, esses recursos são pagos por todas as outras rubricas, pelo transporte popular que não está sendo feito, pelo saneamento que não é feito e por aí vai”<sup>15</sup>. Em Cuiabá, uma das cidades que participará apenas na parte inicial da competição, ou seja, quatro jogos, as verbas com saúde já foram afetadas. O volume previsto para programas de turismo aumentou em R\$ 12,7 milhões, entre 2011 e 2012, enquanto que a atenção à saúde básica caiu R\$16,4 milhões. Essa é uma tendência que tende a se agravar, face ao endividamento do Estado. Os cortes em geral são feitos nos programas sociais mais frágeis, os quais têm como público preferencial a população mais pobre. Nesse sentido, a parceria entre Estado e empresas fica cada vez mais estreita e perigosa.

## **Considerações finais**

A partir da promulgação da Constituição de 1988, a chamada Constituição “Cidadã”, o Brasil criou e consolidou um arcabouço jurídico-normativo em relação ao respeito aos direitos humanos. O país é também signatário de praticamente todos os tratados e convenções do sistema internacional de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OEA. Internamente, foram criados vários instrumentos de atenção aos direitos, como o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Criança e do Adolescente, das Cidades - num claro posicionamento formal de respeito aos direitos -, além de legislações estaduais e municipais. Desde 2003, três secretarias federais foram criadas para articular as políticas nas áreas de promoção da igualdade racial, dos direitos humanos e das mulheres. Esses consideráveis avanços políticos e normativos ainda não conseguem mitigar os efeitos nocivos de um modelo concentrador de riqueza, predador do meio ambiente e de custos incalculáveis para as populações periféricas.

Os sucessos econômicos do Brasil criaram a noção de que se está no caminho certo, porém, estão sendo conseguidos a partir da exploração massiva de seus recursos naturais, via exportação de commodities, com baixo custo agregado. A pequena diminuição das desigualdades sociais, com aumento do índice de

---

15 PRADO, Debora. Copa e Olimpíadas: o que realmente está em jogo? Revista Caros Amigos, 25 fev. 2011. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/component/content/article/148-edicao-166/1377-copa-e-olimpiadas-o-que-realmente-esta-em-jogo#comment-413>. Acesso em: 10 mar. 2011.

Gini de 0,594 para 0,539 ainda se assenta sobre bases frágeis, pois foi puxada preferencialmente pela oferta de empregos de baixa remuneração no setor de serviços e comércio. Segundo o estudo do IPEA<sup>16</sup> dos 2,1 milhões de novos postos de trabalho criados por ano na década de 2000, 95% pagavam até 1,5 salário mínimo (R\$ 817,5). O crescimento do emprego concentrado na base salarial contribuiu para reduzir a fatia de pobres na população ativa, de 37,2% em 1995 para 7,2% em 2009. Os que vivem de renda da propriedade (lucro, juros, terras e aluguéis) também ganharam com esses processos e passaram de 3,9% para 14,3%.

Os empregos com baixa remuneração indicam baixa escolaridade. O sistema educacional é precário, com alunos terminando o ensino fundamental sem conseguir proficiência mínima em matemática e português, ou seja, sem saber ler e contar. Mais de 95% das crianças e adolescentes estão na escola, mas sabemos hoje claramente que o acesso à educação básica não é mais o maior problema, e sim a qualidade do ensino. O gap entre negros e brancos continua ainda considerável, principalmente na área do trabalho e educação.

A insuficiência de um sistema de saneamento básico que atenda a toda a população também é um problema grave, com 56% dos domicílios brasileiros sem ligação com uma rede de esgoto. Apenas 7% das 114 obras de coleta e tratamento de esgoto previstas pelo PAC estão concluídas. Estão crescendo as favelas e ocupações urbanas, sem infraestrutura sanitária e serviços de educação e saúde; a violência continua endêmica no país, com políticas de segurança pública ainda precárias ou de pouca eficácia face ao desafio.

Fortalecer a aplicabilidade dos direitos humanos, já prevista e reafirmada pelo Brasil em seus instrumentos normativos, e atender às demandas de defensores e da sociedade civil crítica significa para os governos rever seus projetos, punir violadores de direitos dentro e fora da máquina pública, e fazer valer compromissos mínimos com justiça social e ambiental. Significa uma reengenharia política, social e econômica. É preciso construir um projeto de transição para uma sociedade mais justa e democrática, com um desenvolvimento que se sustente no tempo e mude de forma qualitativa a vida de parte significativa da população brasileira. Para isso, os benefícios de um modelo de desenvolvimento devem ser equitativamente repartidos. Se a saída apontada pelos governos para as desigualdades sociais continuar centrada no crescimento econômico, isso irá justificar em grande medida o processo de violação de direitos que se vê nos megaempreendimentos, seja no campo ou nas cidades.

O país avança, mas os custos desse modelo ainda são pesados. Direitos humanos no Brasil ainda são privilégio, ao qual alguns têm acesso e outros não.

---

16 Comunicado Ipea. Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9629](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9629)>. Acesso em: 15 set. 2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aranha, A. (2012). “Eles vão me matar.” *Carta Capital*, March 3. Available at: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/eles-vaio-me-matar/> (accessed Apr. 2, 2012).
- Boas, T., D.F. Hidalgo, and N. Richardson (2011). *The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil*. California.
- Brum, E. (2011). “Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney.” *Revista Época*. October 31. Available at: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html> (accessed Apr. 3, 2012).
- Comunicado Ipea (2011). *Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras*. Brasília. Available at: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9629](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9629) (accessed Sept. 15, 2011).
- Conde, M. (2011). “Relatora da ONU denuncia ilegalidades em remoções da Copa e Olimpíadas.” *O Globo*. August 6. Available at: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/relatora-da-onu-denuncia-ilegalidades-em-remocoes-da-copa-olimpiadas-396854.asp> (accessed Mar. 20, 2012).
- Prado, D. (2011). *Copa e Olimpíadas: o que realmente está em jogo?* Revista Caros Amigos. February 25. Available at: <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/component/content/article/148-edicao-166/1377-copa-e-olimpiadas-o-que-realmente-esta-em-jogo#comment-413> (accessed Mar. 10, 2011).
- Scofield, G. (2011). “Quatro empreiteiras, Odebrecht, Andrade, Camargo e Queiroz Galvão, concentram R\$ 138 bi em obras no país.” *O Globo*. May 8. Available at: [http://www.agenciacanalenergia.com.br/clipping/zpublisher/materias/impresso\\_txt.asp?id=158762](http://www.agenciacanalenergia.com.br/clipping/zpublisher/materias/impresso_txt.asp?id=158762) (accessed June 6, 2011).
- Vainer, C. (2011). *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Available at: <http://www.br.boell.org/web/51-1349.html> (accessed Sept. 15, 2011).